

Marcela do Amaral
Barreto de Jesus Amado

A integridade do controlador

Programas de *compliance* do
Ministério Público brasileiro

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Introdução	1
1. Evolução da Administração Pública no Brasil	9
1.1 Administração Pública Patrimonialista	10
1.2 Administração Pública Burocrática.....	13
1.2.1 Administração burocrática no Brasil	16
1.2.2 Crise no Modelo Burocrático.....	20
1.3 Nova Gestão Pública.....	23
1.4 Nova gestão Pública no Brasil	30
1.4.1 Fundamentos da reforma, para além da economia	34
1.4.2 Administração Pública Societal	37
1.5 A Nova governança pública.....	38
1.5.1 A Nova Governança Pública no Contexto Brasileiro.....	42
1.6 Neoliberalismo em crise e modificações no cenário político (administrativo) no século XXI: influência e implicações na administração pública.....	44
2. Administração Pública e Planos de Integridade (<i>Compliance</i>)	49
2.1 Corrupção e <i>Compliance</i>	51
2.2 Origem e evolução do <i>Compliance</i>	57

2.3	Conteúdo e estrutura dos programas de <i>compliance</i>	60
2.4	Impactos da inserção dos planos de <i>compliance</i> na Rotina Empresarial	61
2.5	Elementos do Programa de <i>Compliance</i>	63
2.5.1	Códigos de Ética ou conduta.....	63
2.5.2	Avaliação de risco.....	66
2.5.3	Whistleblowing e Canais Institucionais de Denúncia.....	67
2.5.4	Investigações internas.....	70
2.6	Programas e Planos de integridade na Administração Pública.....	71
2.7	Valoração da efetividade do programa de <i>compliance</i>	76
3.	A Administração e o Controle do Ministério Público	81
3.1	Contextualização do Ministério Público.....	82
3.1.1	Atuação judicial e extrajudicial.....	88
3.2	A politização das funções do Ministério Público: entre o jurídico e o político.....	94
3.2.1	Operação “Lava Jato” e a crise de confiança no Ministério Público.....	96
3.2.2	Ministério Público e autoritarismo.....	102
3.3.	Reações legislativas	104
3.4	Limites, formas de controle e responsabilização dos membros do Ministério Público	109
3.4.1	A nomeação do Chefe Institucional.....	111

3.4.2 A atuação do Conselho Nacional do Ministério Público	114
3.4.3 Estruturas de controle interno do Ministério Público.....	115
3.4.4 Controle social e prestação de contas das atividades institucionais (accountability).....	120
3.5 Código de ética do Ministério Público Brasileiro	121
3.6 Planejamento estratégico de atuação e controle institucional.....	123
3.7 Programas de Integridade como resposta a imputações de ausência de controle e captura institucional.....	127
4. Programas de Integridade do Ministério Público.....	129
4.1 O Conselho Nacional do Ministério Público e a promoção dos programas de integridade	132
4.2 Expectativas e desafios.....	142
4.2.1 Limites dos programas de integridade: função meio x atuação finalística.....	146
4.2.2 Autorregulação da consensualidade.....	148
4.2.3 Fomento à eficiência ou possibilidade de controle social	152
4.3 Para além da teoria: os planos de integridade do Ministério Público Brasileiro e do Conselho Nacional do Ministério Público.....	154
4.3.1 Programa de Integridade do Ministério Público da União ...	156
4.3.1.1 Plano de Integridade do Ministério Público Distrito Federal e Territórios	159
4.3.1.2 Plano de Integridade do Ministério Público Federal	167

4.3.1.3 Plano de Integridade do Ministério Público do Trabalho....	173
4.3.1.4 Plano de Integridade do Ministério Público Militar.....	177
4.3.2 Programa de Integridade do Ministério Público do Acre ...	179
4.3.3 Integridade do Ministério Público do Estado do Amapá....	180
4.3.4 Programa de Integridade do Ministério Público do Estado do Amazonas	181
4.3.5 Disposições sobre Integridade do Ministério Público do Estado de Espírito Santo.....	187
4.3.6 Programa de Integridade do Ministério Público do Estado de Goiás	187
4.3.7 Disposições sobre Integridade do Ministério Público do Estado do Maranhão.....	189
4.3.8 Disposições sobre Integridade do Ministério Público do Mato Grosso	190
4.3.9 Disposições de Integridade do Ministério Público do Mato Grosso do Sul.....	191
4.3.10 Programa de Integridade do Minas Gerais.....	193
4.3.11 Programa de Integridade do Ministério do Estado do Estado do Pará	197
4.3.12 Disposições sobre Integridade do Ministério Público do Estado Paraná.....	199
4.3.13 Disposições sobre Integridade do Ministério do Estado do Estado de Pernambuco	201
4.3.14 Disposições sobre Integridade do Ministério Público do Estado do Piauí	202

4.3.15 Disposições sobre Integridade do Ministério Público do Estado Rio de Janeiro	202
4.3.16 Disposições sobre Integridade do Ministério Público do Rio Grande do Norte.....	203
4.3.17 Disposições sobre Integridade do Ministério Público do Rio Grande do Sul	204
4.3.18 Programa de Integridade do Rondônia	205
4.3.19 Programa de Integridade do Santa Catarina	208
4.3.20 A Disposições sobre Integridade do Ministério Público do Estado de São Paulo	211
4.3.21 Disposições sobre Integridade do Ministério Público Tocantis	212
4.4 Considerações sobre o <i>compliance</i> do Ministério Público Brasileiro	213
Conclusão	223
Referências.....	231